

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

**ANO DE
2020**

DENOMINAÇÃO: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE CEDOFEITA

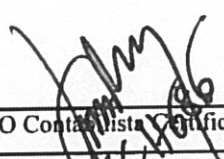
MORADA: Rua Igreja de Cedofeita, n.º. 4

LOCALIDADE: Porto

FREGUESIA: Cedofeita

COD. POSTAL: 4050-306

CONCELHO: Porto



(O Contabilista Certificado)

A DIRECÇÃO:

APROVADO

DATA: Porto _____, _____

Porto _____, _____

ASSINATURAS:

ASSINATURA DO PRESIDENTE

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE CEDOFEITA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte : 500746583
Moeda : (Valores em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
ATIVO			
Ativo não corrente	4 11.14	1 287 488,05	1 321 347,52
Ativos fixos tangíveis		4 822,08	4 593,55
Investimentos financeiros		1 292 310,13	1 325 941,07
Ativo corrente	6	2 042,06	2 400,02
Inventários	11.1	11 883,70	8 044,16
Créditos a receber	11.7	1 350,45	1 569,86
Estado e outros entes públicos	11.3	1 744,35	2 164,48
Diferimentos	11.2	29 543,21	25 355,41
Outros ativos correntes	11.4	89 888,13	39 555,77
Caixa e depósitos bancários		136 451,90	79 089,70
Total do ativo		1 428 762,03	1 405 030,77
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	11.5	-356 886,00	-330 951,39
Resultados transitados	11.5	87 259,11	95 645,73
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		-269 626,89	-235 305,66
Resultado líquido do período		-81 715,14	-25 934,61
Total dos fundos patrimoniais		-351 342,03	-261 240,27
Passivo			
Passivo não corrente	5	1 609 766,23	1 524 666,23
Financiamentos obtidos		1 609 766,23	1 524 666,23
Passivo corrente	11.6	32 234,18	19 140,07
Fornecedores	11.7	34 648,66	16 925,86
Estado e outros entes públicos	11.8	103 454,99	105 538,88
Outros passivos correntes		170 337,83	141 604,81
Total do passivo		1 780 104,06	1 666 271,04
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 428 762,03	1 405 030,77

A Direção

O Contabilista Certificado

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE CEDOFEITA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

500746583

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 020	2 019
Vendas e serviços prestados	7	382 111,65	402 668,87
Subsídios, doações e legados à exploração	8, 11.9	586 860,45	570 931,45
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-93 211,99	-93 413,32
Fornecimentos e serviços externos	11.10	-251 476,60	-174 484,20
Gastos com o pessoal	9	-676 100,28	-697 649,15
Aumentos/reduções de justo valor	11.13	71,13	0,00
Outros rendimentos	7, 11.11	14 375,47	9 085,56
Outros gastos	11.12	-3 659,78	-4 490,77
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-41 029,95	12 648,44
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-40 685,19	-38 583,05
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-81 715,14	-25 934,61
Resultados antes de impostos		-81 715,14	-25 934,61
Resultado líquido do período		-81 715,14	-25 934,61

A Direção

Contabilista Certificado

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CEDOFEITA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Moeda : (Valores em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método			
Recebimentos de Clientes e Utentes		372 270,17	402 475,14
Pagamentos a fornecedores		-303 925,68	-262 411,58
Pagamentos ao pessoal		-436 872,33	-457 812,86
Caixa gerada pelas operações		-368 527,84	-317 749,30
Outros recebimentos/pagamentos		329 248,06	298 363,08
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-39 279,78	-19 386,22
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-5 573,10	-4 109,46
Investimentos financeiros		-1 058,53	-1 144,14
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		589,46	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-6 042,17	-5 253,60
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Doações		10 554,31	10 945,86
Outras operações de financiamentos		85 500,00	30 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Outras operações de financiamento		-400,00	-10 000,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		95 654,31	30 945,86
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		50 332,36	6 306,04
Caixa e seus equivalentes no início do período		39 555,77	33 249,73
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.4	89 888,13	39 555,77

A Direção

O Contabilista Certificado

Entidade: Centro Social Paroquial de CEDOFEITA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 500746583

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Creche	Pré-escolar	Estrutura Residencial	Centro de Dia	Apoio Domiciliário	PERÍODOS	
							2020	2019
Vendas e serviços prestados		23 594,83	34 668,15	281 435,94	13 594,60	28 818,13	382 111,65	402 668,87
Custo das vendas e dos serviços prestados		-178 523,03	-173 951,23	-215 607,94	-85 048,19	-116 181,88	-769 312,27	-791 062,47
Resultado Bruto		-154 928,20	-139 283,08	65 828,00	-71 453,59	-87 363,75	-387 200,62	-388 393,60
Outros Rendimentos		158 317,55	174 931,87	106 344,75	55 582,65	106 130,23	601 307,05	580 017,01
Gastos administrativos		-20 185,99	-46 204,48	-171 245,12	-27 900,51	-26 625,69	-292 161,79	-213 067,25
Outros Gastos		-558,15	-598,89	-1 468,07	-449,62	-585,05	-3 659,78	-4 490,77
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e Ir)		-17 354,79	-11 154,58	-540,44	-44 221,07	-8 444,26	-81 715,14	-25 934,61
Resultado antes de impostos		-17 354,79	-11 154,58	-540,44	-44 221,07	-8 444,26	-81 715,14	-25 934,61
Resultado líquido do período		-17 354,79	-11 154,58	-540,44	-44 221,07	-8 444,26	-81 715,14	-25 934,61

A Direção

O Contabilista Certificado



CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CEDOFEITA

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2020

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Ativos Fixos Tangíveis	8
5	Custos de Empréstimos Obtidos	9
6	Inventários	9
7	Rendimentos	10
8	Subsídios e outros apoios das entidades públicas	10
9	Benefícios dos empregados	10
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	11
11	Outras Informações	11
11.1	Créditos a receber	11
11.2	Outros ativos correntes	11
11.3	Diferimentos	11
11.4	Caixa e Depósitos Bancários	12
11.5	Fundos Patrimoniais	12
11.6	Fornecedores	12
11.7	Estado e Outros Entes Públicos	12
11.8	Outros Passivos Correntes	13
11.9	Subsídios, doações e legados à exploração	13
11.10	Fornecimentos e serviços externos	13
11.11	Outros rendimentos	13
11.12	Outros gastos	14
11.13	Aumentos / reduções de justo valor	14
11.14	Investimentos Financeiros	14
11.15	Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	15
11.16	Acontecimentos após data de Balanço	15

1 Identificação da Entidade

O Centro Social e Paroquial de Cedofeita é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS" com estatutos publicados no Diário da República, Série III, nº50 de 1 de março de 1991.

Tem sede na Paróquia de Cedofeita, cidade do Porto.

Visa contribuir para a promoção integral de todos os paroquianos, num espírito de solidariedade humana, cristã e social, propondo-se criar e manter, entre outras, atividades de: assistência à 1ª e 2ª infâncias, apoio a jovens, assistência à população que dela necessitar, apoio à terceira idade e à população ativa.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Relativamente às entidades que apliquem o regime consignado no SNC-ESNL as entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, devem ser reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado ao custo.

O registo contabilístico do ativo financeiro referido será efetuado na conta "415 – Outros investimentos financeiros" e a eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT será reconhecida como rendimento na data em que ocorrer o reembolso à entidade empregadora.

3.2.4 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os "Créditos a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Os "Financiamento Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

3.2.8 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2019	Adições	Abate	31-12-2020
Edifícios e Outras Construções	1 659 681,69			1 659 681,69
Equipamento Básico	156 054,88	6 253,55		162 308,43
Equipamento Transporte	29 463,17			29 463,17
Equipamento Administrativo	15 108,27			15 108,27
Outros Ativos Fixos Tangíveis	4 285,07	572,17		4 857,24
Ativo Tangível Bruto	1 864 593,08	6 825,72	0,00	1 871 418,80
Depreciações Acumuladas				
Edifícios e Outras Construções	363 883,96	31 697,24		395 581,20
Equipamento Básico	151 129,31	2 913,76		154 043,07
Equipamento Transporte	8 838,95	5 892,63		14 731,58
Equipamento Administrativo	15 108,27			15 108,27
Outros Ativos Fixos Tangíveis	4 285,07	181,56		4 466,63
Depreciações Acumuladas	543 245,56	40 685,19	0,00	583 930,75
Ativo Tangível Líquido	1 321 347,52	-33 859,47	0,00	1 287 488,05

5 Custos de Empréstimos Obtidos

O Centro Social e Paroquial de Cedofeita obteve da Paróquia de Cedofeita financiamento para fazer face aos investimentos efetuados no Lar de S. Martinho.

Descrição	2020			2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Outros Financiadores						
Paróquia de Cedofeita	0,00	1 609 766,23	1 609 766,23	0,00	1 524 666,23	1 524 666,23
Total	0,00	1 609 766,23	1 609 766,23	0,00	1 524 666,23	1 524 666,23

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2020	31-12-2019
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 042,06	2 400,02
Total	2 042,06	2 400,02

No que concerne à quantia de "Inventários" de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2020	2019
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	2 400,02	1 895,17
Compras	69 908,85	77 959,42
Doações	22 945,18	15 958,75
Saldo Final	2 042,06	2 400,02
Gastos do Período	93 211,99	93 413,32

7 Rendimentos

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2020	31-12-2019
Prestação de Serviços	382 111,65	402 668,87
Quotas do Utilizadores	382 111,65	402 668,87
Outros Rendimentos e Ganhos	14 375,47	9 805,56
Rendimentos suplementares	537,97	698,94
Imputação Subsídios Investimento	8 386,62	8 386,62
Correções relativas a períodos anteriores	4 794,88	0,00
Benefícios de penalidades contratuais	656,00	0,00
Total	396 487,12	412 474,43

8 Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	2020		2019	
		Fundos Patrimoniais	Demonstração de Resultados	Fundos Patrimoniais	Demonstração de Resultados
ISS, IP	Não Reembolsável		546 854,85		503 473,34
ISS - Obras Edifício Sede	Não Reembolsável	72 527,52	2 493,99	75 021,51	2 493,99
Fundo de Socorro Social - Apoio Financeiro	Não Reembolsável		0,00		40 000,00
Total		72 527,52	549 348,84	75 021,51	543 473,34

9 Benefícios dos empregados

O órgão diretivo é composto por 5 elementos. A instituição contou, em média, com 45 colaboradores no exercício de 2020 e com 49 colaboradores durante o exercício de 2019.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações ao pessoal	548 307,33	563 560,45
Encargos sobre as Remunerações	120 526,51	125 146,70
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5 975,84	6 807,75
Outros Gastos com o Pessoal	1 290,60	2 134,25
Total	676 100,28	697 649,15

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

11.1 Créditos a receber

A rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	11 883,70	8 044,16
Total	11 883,70	8 044,16

11.2 Outros ativos correntes

Esta rubrica tinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Devedores por acréscimos rendimentos		
Outros acréscimos de rendimentos	653,53	65,05
Entidades do SPA		
PEDEPE – Comp. Educadoras	27 889,68	25 290,36
Outros devedores	1 000,00	0,00
Total	29 543,21	25 355,41

11.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1 639,56	2 164,48
Manutenção	104,79	0,00
Total	1 744,35	2 164,48

11.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	9 099,43	9 642,64
Depósitos à Ordem	80 788,70	29 913,13
Total	89 888,13	39 555,77

11.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações durante o exercício de 2020:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Resultados Transitados	-330 951,39		25 934,61	-356 886,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	95 645,73		8 386,62	87 259,11
Total	-235 305,66		34 321,23	-269 626,89

11.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c		
Fornecedores	32 234,18	19 140,07
Total	32 234,18	19 140,07

11.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
IVA	1 350,45	1 569,86
Total	1 350,45	1 569,86
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	8 284,61	3 461,25
Segurança Social	26 268,38	13 368,43
Outros (FCT e FGCT)	95,67	96,18
Total	34 648,66	16 925,86

11.8 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
	Corrente	Corrente
Adiantamentos de utentes	1 873,21	184,21
Credores por Acréscimo de Gastos	101 418,71	105 020,17
Remunerações a Liquidar	97 898,34	98 911,01
Acertos Dotação Ac. Cooperação	0,00	1 878,86
Outros Acréscimos de gastos	3 520,37	4 230,30
Outros Credores	163,07	334,50
Total	103 454,99	105 538,88

11.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2019, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2020	2019
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	549 118,45	543 473,34
Doações e heranças	37 742,00	27 458,11
Total	586 860,45	570 931,45

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

Os géneros alimentares, doados pelo Banco Alimentar (21 787,29€), foram considerados na conta 753 – Doações e Heranças.

11.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Serviços especializados	48 307,79	37 941,36
Materiais	36 544,90	6 417,03
Energia e fluídos	46 210,90	56 894,66
Deslocações, estadas e transportes	1 897,34	4 467,65
Serviços diversos	35 330,81	36 203,48
Encargos com Utentes	83 184,86	32 560,02
Total	251 476,60	174 484,20

11.11 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos suplementares	537,97	698,94
Correções relativas a períodos anteriores	4 794,88	0,00
Imputação de subsídios ao investimento	8 386,62	8 386,62
Benefícios de penalidades contratuais	656,00	0,00
Total	14 375,47	9 085,56

Em 2020, a rubrica "Correções relativas a períodos anteriores" inclui o montante de 3 017,98€ relativo a acertos no acordo de cooperação de períodos anteriores.

11.12 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	29,21	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	3 126,57	2 926,27
Quotizações	504,00	522,00
Outros	0,00	1 042,50
Total	3 659,78	4 490,77

Em 2020, a rubrica "Correções relativas a períodos anteriores" diz respeito a lançamentos de documentos de fornecedores relativos a períodos anteriores.

11.13 Aumentos / reduções de justo valor

A Entidade reconheceu em 2020 e 2019 ganhos e perdas do "justo valor" no seguinte investimento financeiro:

Descrição	2020	2019
FCT – Fundo Compensação Trabalho	71,13	0,00
	71,13	0,00

11.14 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2020	2019
Outros investimentos Financeiros		
FCT – Fundo Compensação do Trabalho	4 572,08	4 343,55
Participações de capital - Centuris	250,00	250,00
Total	4 822,08	4 593,55

11.15 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2020, foi o seguinte:

Creche: 42

Pré-escolar: 59

Estrutura Residencial: 28

Centro de Dia: 19

Serviço de Apoio Domiciliário: 41

11.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de dezembro de 2020

O Contabilista Certificado



A Direção
